

O GOLPE DE 1964 NAS CAPAS DAS REVISTAS SEMANAIS DE COMUNICAÇÃO: *CARTACAPITAL, VEJA, ÉPOCA E ISTOÉ*

Diego Henrique Alexandre¹

RESUMO: O rosto de uma revista é sua capa, que deve estimular as pessoas e atraí-las para adquirir a revista. O objetivo do destinador, ao elaborá-la, é o de estabelecer estratégias discursivas que garantam esse interesse em comprá-la. Trabalhar com as capas das revistas semanais implica em tratar de textos verbovisuais, por isso há necessidade de utilizarmos os conceitos de sincretismo, semissimbolismo e percurso gerativo do sentido, da semiótica greimasiana, para analisar as capas das revistas *CartaCapital*, *Veja*, *Época* e *Istoé*, publicadas entre o fim de março e o início de abril de 2014 e que tratam em especial do Golpe Militar de 1964. Objetivamos, assim, compreender como se constrói discursivamente o Golpe de 1964 nas capas das publicações. Para tanto, procuraremos comparar as formações discursivas das capas e verificar de que maneira se articulam as linguagens verbal e visual nos textos sincréticos em questão. Desse modo, propomo-nos a examinar os vários matizes do sentido dos textos sincréticos acerca de um fato histórico e, em última instância, perceber as diversas configurações discursivo-ideológicas por meio das quais o mundo é categorizado e percebido pelos grupos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Percurso Gerativo do Sentido; Texto sincrético; Semissimbolismo.

ABSTRACT: The face of a magazine is its cover, which must stimulate the people and attract them to purchase the magazine. The goal of the sender, to elaborate it, is to establish discursive strategies that guarantee the interest in buying it. To work with the covers of weekly magazines involves treating verb-visual texts, therefore, there is the need of using the concepts of syncretism, semi-symbolism and generative sense course, from the greimasian semiotics, to analyze the covers of *CartaCapital*, *Veja*, *Época* and *Istoé*, published between late March and early April of 2014, which deal mainly with the 1964 Military Coup. Thus, we aim to understand how the 1964 Military Coup is discursively constructed on the covers of such publications. In order to do that, we will compare the discursive formations of the covers and verify how verbal and visual languages are articulated in these syncretic texts. This way, we propose to examine the various shades of meaning of the syncretic texts about a historical fact and, ultimately, realize the various discursive - ideological configurations through which the world is categorized and understood by social groups.

KEYWORDS: Generative Sense Course; Syncretic texts; Semi-symbolism.

Introdução

Ao nos deparar com a conjuntura de globalização em que vivemos, do âmbito da era do conhecimento, da produção intensa da informação e da heterogeneidade documental, o exame do conteúdo de um documento realizado por serviços e unidades de informação

¹ Mestre em Letras – Linguagem, cultura e discurso (UNINCOR). E-mail: diegovga2012@gmail.com

adquire papel predominante no processo de busca e recuperação da informação. Os leitores da sociedade vigente lidam com uma imensidão de linguagens carregadas de signos, o que, de certa forma, faz com que desenvolvam aptidões de entendimento tanto das mensagens escritas quanto das mensagens visuais, transformando a criação de ferramentas que auxiliem esse processo de entendimento em atividade fundamental para o aperfeiçoamento da leitura e da produção de sentidos. A semiótica, certamente, faz parte das ferramentas para esse propósito, isto é, facilita a percepção dessa imensidão de linguagens. Quando falamos de linguagens, compartilhamos da ideia de Bakhtin (2014) sob o ponto de vista do dialogismo, que diz que a linguagem se constitui como uma reação-resposta a algo em uma determinada interação e manifesta as relações do enunciador com os enunciados dos outros.

Em todas as atividades humanas usamos a linguagem e seu uso é tão variado quanto os múltiplos campos de atuação humana. Bakhtin (2011) explica que a língua é empregada por meio de enunciados que podem ser orais e escritos e que são proferidos pelos integrantes de um campo da atividade humana. Os enunciados refletem condições específicas e finalidades de cada campo pelos recursos da língua, não somente pelo conteúdo, mas por sua construção composicional. Dessa forma, cada enunciado é individual e cada campo em que a língua é utilizada elabora os tipos relativamente estáveis de enunciados, que podem ser denominados gêneros do discurso. Como já mencionamos, trataremos, aqui, de um tipo específico de gênero do discurso, o gênero capa de revista.

Este artigo apresenta, de forma resumida, o percurso e os resultados finais de nossa dissertação de mestrado e devido ao fato de termos escolhido trabalhar com capas de revista, trataremos especialmente deste gênero discursivo. Consideramos a capa como um gênero do discurso, pois este se compõe de três elementos essenciais: conteúdo temático, estilo e construção composicional (BAKHTIN, 2011). Além disso, está inserida dentro do que podemos chamar de domínio midiático, que por sua vez, pode ser citado como um tipo de domínio discursivo. De acordo com Farencena e Pereira (2005), a capa de um semanário pretende salientar a matéria medular daquela edição de forma persuasiva ou informativa. As revistas evidenciam em suas capas elementos estruturais que se repetem, porém alguns deles variam sua posição de acordo com o arranjo e elaboração das imagens das manchetes no texto.

Farencena e Pereira (2005) mostram que as capas de revistas são elaboradas com base na matéria em destaque que a sintetiza e causa impacto no leitor a respeito do tema tratado.

São geralmente fatos polêmicos ou importantes ocorridos na atualidade. As capas objetivam despertar o interesse do leitor para que leia a revista e, com isso, ampliar sua comercialização. A manchete principal ocupa grande parte da capa, pois possui elementos verbais e não verbais que ilustram a abordagem temática do interior da revista. Os tipos textuais presentes nas matérias são sempre os argumentativos, que causam um efeito determinado no leitor.

Entre o final de março e o início do mês de abril de 2014, os principais semanários brasileiros, no que se diz respeito à tiragem e circulação no território nacional, trouxeram reportagens especiais e dedicaram suas respectivas capas à mesma temática na mesma semana: o aniversário de cinquenta anos do Golpe de 1964². Há 50 anos, findava-se o governo do então presidente João Goulart, o Jango, que fora democraticamente eleito. Alguns denominavam o evento como “golpe de estado” e outros como “revolução”. De qualquer forma, o episódio marcado na história brasileira ainda desperta grande interesse nos dias atuais.

Diante deste fato, que encerra em si uma coincidência temática, mas também reverbera dissonâncias do ponto de vista ideológico, a proposta deste artigo é analisar os diferentes sentidos veiculados nas capas das revistas *CartaCapital*, *Veja*, *Época* e *Istoé*, principais semanários de circulação nacional no Brasil³. Nosso objetivo, então, é compreender como se constrói discursivamente o Golpe de 1964 na capa de cada publicação. Alguns pontos mais específicos que consideramos importantes para realizar nossa pesquisa são: analisar os percursos temático-figurativos das capas que configuram uma formação discursiva e, por conseguinte, uma formação ideológica; comparar se as formações discursivas são dialogizadas na capa de uma publicação com relação às demais; e verificar de que maneira se articulam a linguagem verbal e visual nos textos sincréticos em questão.

Buscamos, assim, contribuir com o desenvolvimento da semiótica greimasiana na interpretação dos mais diversos sistemas de signos e na melhoria da percepção dos indivíduos quanto ao conteúdo veiculado pelo discurso jornalístico impresso. Nesse sentido, o trabalho empreendido nessa pesquisa procurou evidenciar as várias versões que são apresentadas pelos discursos jornalísticos sobre a história do país.

² Para Toledo (2004), o Golpe de 1964 foi um movimento político-militar que representou tanto um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por setores progressistas da sociedade como também um golpe contra a democracia política surgida em 1945. Tentava-se impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada.

³ Os referidos semanários, cuja capa e reportagem especial foram dedicadas ao 50º aniversário do Golpe de 1964, foram publicados em: *Época*, em 31 de março; *Istoé* e *CartaCapital*, em 02 de abril; *Veja*, em 26 de março.

Para dar alicerces à pesquisa que nos propomos, em um primeiro momento, ressaltamos neste trabalho os pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin, pois o consideramos essencial para pesquisadores da ciência da linguagem. Utilizamos os conceitos-chave da obra de Bakhtin no que diz respeito ao dialogismo, à ideologia e ao signo ideológico, e aos gêneros do discurso. Em seguida, tratamos mais especificamente das ferramentas utilizadas nas nossas análises, no que concerne aos elementos da semiótica greimasiana: percurso gerativo do sentido, sincretismo e semissymbolismo.

Característica dialógica do discurso

O conceito de dialogismo é constituído pelas reflexões do teórico russo Mikhail Bakhtin e seu círculo sobre a relação entre as ideias e a noção de que há sempre uma interação entre os textos produzidos. A ideia desse movimento dialógico entre as produções languageiras vem, há muito, auxiliando a interpretação crítica sobre as atividades textuais significativas. A noção instituída é constitutiva de uma antropologia filosófica, em que, segundo Bakhtin (2009), a enunciação é produto de uma interação entre indivíduos organizados socialmente. Ou seja, há alguém se dirigindo a outrem, pressupondo a existência de uma reação, uma réplica.

Fiorin (2006) argumenta e explica que, para Bakhtin, todos os enunciados de um processo de comunicação são dialógicos. Isso significa que o enunciador, ao construir um discurso, leva em conta o discurso do outro que está presente no seu. Todo discurso é inter cruzado por outros discursos, e essas relações de sentido entre dois enunciados é o que se considera dialogismo.

O dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado e nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso (FIORIN, 2006, p. 24).

Julgamos importante o estudo do dialogismo, pois compartilhamos da ideia de Bakhtin sobre o inter cruzamento de discursos nos enunciados. Acreditamos que não há discurso inédito, não há discurso que não seja perpassado por outros discursos. Isso nos mostra o

caráter responsivo dos enunciados, pois em todo discurso, retoma-se, critica-se, discorda-se ou concorda-se com as ideias manifestadas em outros discursos.

Bakhtin (2011) também nos mostra que a maioria das opiniões dos indivíduos é social e o enunciado se dirige não somente a um destinatário, mas também a um superdestinatário que varia de grupo social para grupo social, de uma época a outra, de um lugar para outro. Quando uma conversação se dirige a um superdestinatário, os enunciados são sociais, como o são na maioria das vezes.

Analisando essas afirmações de Bakhtin, nota-se que mesmo o superdestinatário, criado por ele, dialogou, fez uso das funções da Língua conjuntamente, para expressar um discurso, haja vista que, com cada função separadamente, seria impossível construir-se um texto coerente. Em nossa pesquisa, o conceito de superdestinatário se deve ao fato de cada revista dirigir-se não somente ao destinatário (enunciário), mas ao social, ao povo, à sociedade, ao julgamento da história.

Após reconhecer as reflexões feitas por Bakhtin acerca do dialogismo e ter noções claras a respeito das produções dialógicas e das interações de linguagem, é importante analisar o produto ideológico através do estudo da ideologia e do signo ideológico.

Um produto ideológico faz parte da realidade de um corpo físico e também reflete e refrata outra realidade que lhe é exterior. Ou seja, tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo que está fora de si. Tudo o que é ideológico é um signo e sem ele não existe ideologia.

Segundo Bakhtin (2014), todo corpo físico também pode ser percebido como símbolo e toda imagem artístico-simbólica que é ocasionada por um objeto particular é um produto ideológico. O signo converte-se, então, em objeto físico sem deixar de fazer parte da realidade material, ele reflete e refrata outra realidade. Um instrumento também pode ser convertido em signo ideológico como é o caso da foice e do martelo, símbolos da União Soviética, assim como todo instrumento de produção. Conclui-se, portanto, que o domínio ideológico e o domínio dos signos são mutuamente correspondentes e, assim, tudo que é ideológico possui valor semiótico.

A esfera ideológica possui particularidades profundas e cada campo de criatividade ideológica tem seu modo de orientação para a realidade e dispõe de sua própria função na vida social. O caráter semiótico coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral. Já a realidade do signo é objetiva e passível de estudo metodologicamente

unitário e objetivo, ele é um fenômeno do mundo exterior. O signo e todos os seus efeitos aparecem na experiência exterior.

Na visão psicologista e na visão idealista, segundo Bakhtin (2014), a ideologia é um fato de consciência e o exterior do signo é um meio técnico que realiza o efeito interior. Deve-se lembrar que a compreensão não pode manifestar-se de outra forma senão por meio de um material semiótico que se opõe ao signo e que a consciência só pode surgir e se afirmar mediante a encarnação material em signos. Para Bakhtin (2014), essa cadeia de criatividade é única e contínua, pois de um elo de natureza semiótica passa sem interrupção para outro elo de natureza estritamente idêntica sem se quebrar em nenhum ponto ou penetrar a existência interior. A cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual de forma a ligar umas às outras e os signos somente emergem do processo de interação entre uma consciência e outra. A própria consciência está cheia de signos e ela realmente se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico somente no processo de interação social.

O aspecto semiótico e o papel contínuo da comunicação social como fatores condicionantes não aparecem em outro lugar senão, de forma clara e completa, na linguagem. A palavra é o fenômeno ideológico e ela toda é assimilada em sua função de signo; não comporta outra coisa que não tenha sido gerada por ela, é o modo mais puro e sensível de relação social e nela revelam-se as formas básicas e as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica.

Segundo Bakhtin (2014), a palavra, além de um signo puro, é também neutra. De acordo com esse autor, por ele ser criado por uma função ideológica precisa e por permanecer inseparável dela, enquanto também é neutra em relação a qualquer função ideológica específica, pode preencher qualquer espécie de função ideológica. Mesmo resultante de um consenso entre os indivíduos, é produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem utilizar nenhuma aparelhagem sequer ou outra espécie de material extracorporal, o que a determina como material semiótico da vida interior, da consciência.

Para se estudar o homem (social) e a sua linguagem, devemos recorrer aos textos concretos que ele criou, pois a constituição social do homem e da sua linguagem é mediada pelo texto: suas ideias, seus pontos de vista podem se concretizar apenas na forma de textos (verbais ou não). Essa concepção de Bakhtin (2011) reafirma a sua posição sobre a relação constitutiva entre linguagem e ideologia.

Segundo o autor, toda investigação a respeito de um material linguístico concreto inevitavelmente tem a ver com enunciados concretos, que têm relação com diferentes esferas da atividade e da comunicação humanas. Para tanto, devemos pesquisar sobre os tipos de enunciados específicos para as diferentes esferas da atividade humana.

Em todas as atividades humanas usamos a linguagem e seu uso é tão variado quanto os múltiplos campos de atuação humana. Bakhtin (2011) explica que a língua é empregada por meio de enunciados que podem ser orais e escritos e são proferidos pelos integrantes de um campo da atividade humana. Os enunciados refletem condições específicas e finalidades de cada campo pelos recursos da língua, não somente pelo conteúdo, mas por sua construção composicional. Dessa forma, cada enunciado é individual e cada campo em que a língua é utilizada elabora os tipos relativamente estáveis de enunciados, que podem ser denominados gêneros do discurso. Como já mencionamos, em nossa pesquisa trataremos um tipo específico de gênero do discurso, o gênero capa de revista.

Apesar de se voltar mais pontualmente sobre enunciados verbais, Bakhtin não rejeita a possibilidade de analisar outras formas de manifestação enunciativa, os enunciados não verbais:

Numa abordagem ampla das relações dialógicas, estas são possíveis também entre outros fenômenos conscientizados desde que estes estejam expressos numa matéria sígnica. Por exemplo, as relações dialógicas são possíveis entre imagens de outras artes, mas essas relações ultrapassam os limites da metalinguística (BAKHTIN, 2002, p. 184).

Ao voltar a atenção para esse espaço de novas formas de produções enunciativas, Bakhtin consente com a articulação das pesquisas sobre a linguagem numa perspectiva verbo-visual. Assim, ao analisarmos uma capa de revista, prontamente reconhecemos um exemplo de certa forma estável de produção que associa o verbal e o visual. Portanto, devemos considerar os signos de outra natureza, que não os verbais, para estudar o enunciado.

Na vasta espécie de gêneros que circundam nosso contexto social, as capas de revistas, que são concebidas como um gênero híbrido entre informação e publicidade, formam um material importante de leitura, uma vez que adiantam, de modo contundente, a leitura de suas reportagens internas. De acordo com Farenzena e Pereira (2005), a capa é produzida por um profissional encarregado para sua elaboração que verifica qual matéria é destaque no conteúdo da revista e seleciona imagem e manchete que sintetizam e causam impacto ao leitor. Além disso, a capa apresenta o tema tratado no interior da revista e geralmente traz

fatos polêmicos ou importantes, que ocorrem na atualidade. Ela une elementos icônicos e gráficos de forma atraente e criativa para despertar o interesse da sociedade. Sob esse *approach*, consideramos as capas de revista como gêneros discursivos secundários, por demandarem um complexo processo de elaboração.

A capa de uma revista objetiva destacar a matéria principal daquela edição de forma persuasiva ou informativa. A sua finalidade é despertar o interesse do leitor de forma a persuadi-lo a ler e ampliar a comercialização da revista. As revistas apresentam em suas capas elementos estruturais recorrentes, mas alguns deles mudam sua posição de acordo com a disposição e elaboração das imagens das manchetes no texto. O gênero capa de revista compõe-se por elementos compositivos como o nome da revista, que se localiza no alto da página de forma destacada e em tamanho maior. Os demais elementos são apresentados de acordo com a elaboração da capa: termos como “exemplar do assinante” e o símbolo da editora são apresentados nas laterais; a data, o número de edição e o valor do exemplar aparecem sempre juntos.

As manchetes, principal e secundária, segundo Farencena e Pereira (2005), mostram uma palavra ou expressão destacada que sintetizam a qual área temática refere-se e objetiva dar maior destaque e dramaticidade ao produto. Conforme Farencena e Pereira (2005) ressaltam, a capa é uma espécie de propaganda, sua identificação tem o poder de diferenciar uma revista da outra no contexto midiático e contribui para sua popularidade.

Alguns elementos de Semiótica

O termo Semiótica não determina apenas um, mas distintos domínios do saber. Tratamos, aqui, da Semiótica elaborada por Greimas e seus colaboradores, que começa a ser pensada a partir da Semântica Estrutural, de Greimas, e, no momento atual, continua sendo desenvolvida por algumas frentes de pesquisa, como a Semiótica Tensiva, concebida sobretudo por J. Fontanille e C. Zilberberg (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001).

Nossa escolha se deve ao fato de considerarmos a semiótica discursiva (ou greimasiana) um campo vasto e de muita utilidade para todos aqueles que têm interesse pelas mais diferentes áreas do saber. Para nós, da Linguística, ela oferece elementos imprescindíveis à interpretação de texto e tem como referencial a teoria do texto, conforme Barros (2011).

A Semiótica greimasiana considera o plano de expressão em um nível de manifestação e estuda o conteúdo isolado do plano da expressão. Portanto, como vimos, seu objeto de estudos é a significação. Para Greimas, a Semiótica incumbe-se da constituição de um modelo teórico que exprime a sua proposta de semântica como linguagem. Dessa forma, na teoria Semiótica, o conteúdo pode ser padronizado em um percurso gerativo do sentido. Temos, neste percurso, três níveis homogêneos de análise, onde o sentido é gerado baseado em uma semântica fundamental e se realiza em um determinado discurso.

Conforme explica Fiorin (1988, p. 10), justifica-se a prática de uma análise do discurso por meio de um percurso gerativo “na medida em que um investimento semântico mais abstrato como a conjunção de um sujeito com o objeto-valor (...) pode ser recoberto por diferentes atores, temas e figuras”. Além disso, deve-se distinguir a imanência da manifestação no que diz respeito à análise do percurso gerativo do sentido, uma vez que o mesmo plano de conteúdo pode ser veiculado por diversos planos de expressão: verbal, visual, etc. A imanência, desse modo, refere-se ao plano de conteúdo, ao passo que a manifestação implica a união de um plano de conteúdo com um plano de expressão.

Greimas e Courtés (2013) sugerem um percurso gerativo de sentido (alusivo, assim, ao plano de conteúdo) que, segundo Fiorin (1988), apesar de sujeito a críticas e revisões, mostra-se operatório para o estudo do discurso em níveis crescentes de invariância.

Com o intuito de construir o sentido do texto, a semiótica concebe, de acordo com Barros (2011), o seu plano de conteúdo sob a forma de percurso gerativo. Essencial para o entendimento da teoria semiótica, a noção de percurso gerativo do sentido resume-se da seguinte forma:

- a) O percurso gerativo do sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; b) São estabelecidas três etapas no percurso, podendo cada uma delas ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis; c) A primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima; d) No segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito; e) O terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação (BARROS, 2011, p. 08 - 09).

A semiótica deve ser entendida como uma teoria que explica o(s) sentido(s) do texto pelo exame de seu plano de conteúdo e, para construir o sentido do texto, esse plano está sob

a forma de percurso gerativo. A análise do texto considera cada nível em separado e dá uma visão de como são concebidos o percurso e suas etapas. Por trabalharmos com textos verbos-visuais, percebemos a necessidade de falar sobre sincretismo, uma vez que estamos trabalhando com textos sincréticos.

Jean-Marie Floch, semioticista do grupo greimasiano, foi o teórico cujas proposições mais repercutiram em análises que influíram no entendimento do conceito de sincretismo. Ele procurou reformular o conceito com o intuito de que ele esteja subordinado às proposições de Hjelmslev. Tentativa que não deu certo, segundo Fiorin (2013), pois colocou o conceito de sincretismo em encruzilhadas de interpretações e de operações que não resolveram as imprecisões anteriores. O conceito de sincretismo proposto por Floch deslocou-se para a questão das linguagens, outras instâncias ou planos do percurso gerativo e esse deslocamento do sincretismo para o plano da expressão exige analisar o plano de conteúdo para que sua significação seja garantida. Assim, para Cortina e Silva:

O texto sincrético não é uma simples bricolagem, uma mistura de componentes diversos; é uma superposição de conteúdos formando um todo de significação. Nele não há uma simples soma de seus elementos constituintes, mas um único conteúdo manifestado por diferentes substâncias da expressão. Não se trata de unidades somadas, mas de materialidades aglutinadas numa nova linguagem, do sentido individual ao sentido articulado, fruto de uma enunciação única realizada por um mesmo enunciador, fazendo com que cada substância do plano de expressão seja ressemantizada (CORTINA; SILVA, 2014, p. 8).

Para Gomes (2014), o conceito de sincretismo deve ser tomado num sentido mais abrangente e mais complexo já que ele abarca as particularidades de cada linguagem no texto. Sua integração se dá numa unidade totalizante e, num outro nível, em diferentes graus de coesão e fusão de acordo com a autonomia e combinação de cada linguagem no texto.

Um texto, segundo Pietroforte (2010), se manifesta quando o conteúdo é relacionado a um plano de expressão. Em alguns textos, o plano da expressão funciona como veiculação do conteúdo, como na conversação e, em outros, ele passa a fazer sentido e, quando isto acontece, uma forma de expressão é articulada com uma categoria de conteúdo e essa relação recebe o nome de semissimbólica.

Durante muito tempo, a Semiótica deixou de lado a análise do plano de expressão, atendo-se apenas ao conteúdo. Como nos explica Barros (2011), as estruturas textuais ficam fora do percurso gerativo do sentido, e o estudo do plano de expressão não se integra às

preocupações da Semiótica. A autora ainda diz que, em grande parte dos textos, a posição da Semiótica não se sustenta, pois existe interesse, nesses textos, de se explicar as relações da expressão com a construção dos sentidos.

Silva (2014) explica que o conceito de semiótica advém da definição de signo saussuriano, com arbitrariedade entre expressão e conteúdo e, como não há conformidade entre os dois, é preciso distinguir cada um. Contudo, como foi explicitado nos estudos da Semiótica, não se deve, então, deixar de lado o plano da expressão. E nas palavras de Barros (2011, p. 82): “(...) não mais o fazem”.

Essa noção de semissimbolismo seria bem desenvolvida por Floch (1985): “dois termos de uma categoria do significante podem ser homologados àqueles de uma categoria do significado”⁴ (FLOCH, 1985, p. 14-15). Então, as categorias abordadas no sistema semissimbólico se apresentam como oposições dos planos de expressão e conteúdo que se relacionam por homologação.

Em suma, a semiótica contribui para se saber o que um texto quer dizer ou o que ele significa. A teoria plástica e a teoria dos sistemas semissimbólicos são parte da semiótica e permitem estudar o plano de expressão e suas relações com o plano do conteúdo.

Análises

O corpus desta análise é composto pelas capas das revistas *CartaCapital*, *Veja*, *Época* e *Isto é*, datadas de 02 de abril de 2014, 26 de março de 2014, 31 de março de 2014 e 02 de abril de 2014, respectivamente. Tais revistas dedicaram suas capas ao aniversário de cinquenta anos do evento conhecido como Golpe de 64 e trouxeram reportagens especiais que abordam o assunto.

É interessante lembrar que as revistas semanais, como as que iremos analisar, estabelecem-se como objetos culturais e trazem para a visibilidade do público leitor a disseminação de determinadas imagens (em sentido amplo), ideias sobre assuntos que estão inseridos num contexto de discussão social. Dessa maneira, as capas são estrategicamente compostas pela relação entre o plano de conteúdo e o de expressão, a partir da escolha de recursos verbo-visuais. Tanto a linguagem verbal apresentada nos textos quanto a não verbal possuem expressão e conteúdo que se sobrepõem de modo a formar uma unidade de sentido.

⁴ As citações retiradas de textos de língua estrangeira foram traduzidas por nós.

Nas palavras de Teixeira (2009, p. 59), “ambas as formas não estão ali somadas, mas submetidas a uma enunciação que as sincretiza numa unidade verbo-visual, ‘a capa’”.

Dessa forma, no que diz respeito a este artigo, apresentaremos um breve⁵ estudo da capa das revistas em questão, mas daremos uma atenção especial ao nível discursivo do percurso gerativo do sentido, por acreditarmos ser peça fundamental no dialogismo que interliga essas capas.



Figura 1: Capas das revistas *CartaCapital*, *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

Então, começando pelo nível discursivo, percebemos o uso de uma debreagem enunciativa pelas revistas *CartaCapital*, *Veja* e *Época*. Na capa da *CartaCapital*, por exemplo, visto que existe a projeção de um “ele” no enunciado verbal da capa e um não agora (1964), pois a capa faz alusão ao golpe militar que aconteceu há mais de 50 anos. O texto verbal presente na capa, “os 50 anos do Golpe”, não nos deixa claro o elemento de espacialidade do discurso, mas, certamente, refere-se a um alhures. Esse mecanismo de debreagem enunciativa nos leva a um efeito de distanciamento e objetividade, uma vez que se usa o ele/então (o golpe, 50 anos atrás), ao invés do eu/agora, pois como diz Fiorin (2007), o uso da primeira pessoa cria o efeito de sentido de “subjetividade”, enquanto sua não utilização produz um efeito de sentido de “objetividade”.

⁵ A análise integral está disponível na dissertação.

Por outro lado, no caso da revista *Istoé*, percebemos que, diferentemente das outras revistas, ela faz o uso de uma debreagem enunciativa e não enunciva, pois há no texto o conjunto das marcas de pessoa e tempo referindo-se a um eu e a um agora, o que traz um efeito de aproximação entre enunciador e enunciatário. A manchete principal da capa diz “O golpe de 1964 destruiu minha família”. O excerto foi extraído da entrevista com Maria Thereza Goulart, ex-primeira-dama, viúva do presidente deposto João Goulart. O uso do pronome possessivo da primeira pessoa do singular “minha”, refere-se a um “eu”; e, apesar de o golpe de 1964 ser um evento que não é um agora, neste trecho, denota uma ideia de passado e constitui um tempo ordenado em relação ao agora da enunciação e, portanto, caracteriza uma debreagem temporal enunciativa.

As categorias de pessoa, espaço e tempo também recebem investimentos semânticos, que podem ser temáticos ou figurativos. No caso de *CartaCapital*, essas figuras, designadas por meio de elementos linguísticos de maior densidade sêmica, são: “golpe”, “50 anos” e “1964”. O primeiro refere-se a uma forma abreviada de golpe militar, expressão que denota “tomada inesperada do poder governamental pela força e sem a participação do povo” (cf. HOUAISS). A origem dessa locução, entretanto, parte de golpe, definido pelo mesmo dicionário como: “movimento pelo qual um corpo vem a chocar-se com outro; pancada, batida” (cf. HOUAISS). O “1964”, que aparece na capa, é figurativo, na medida em que funciona como uma espécie de metonímia para o golpe militar (que também é figura) que aconteceu naquele ano. Além disso, o próprio grafismo da imagem de “1964” confere a ele certa “concretude”, que se confirma pela sombra. São temas subjacentes a “golpe” e “1964” – nesse caso, termos que possuem sentidos intercambiáveis – que figurativizam temas como: a instauração de um regime militar e uma data marcada por um golpe de estado. Além disso, os “50 anos” referem-se tanto à passagem do tempo como ao momento exato da interrupção da democracia. Temos, então, um discurso figurativo por remeter a elementos do mundo natural, no qual o tema aparece recoberto pelas figuras “1964”, “50 anos” e “golpe”.

Como ensina Fiorin (2007), na língua, um elemento linguístico deve ser diferente de outro para que ele tenha um determinado valor. No excerto do texto verbal apresentado na capa “os 50 anos do Golpe”, o enunciador faz sua escolha pelo léxico “golpe”. A escolha dessa figura lexemática não é gratuita, pois, ainda de acordo com Fiorin (2007), não podemos pensar que o sistema (rede de relações que se estabelece entre um conjunto de elementos linguísticos) seja uma lista de palavras que se combinam aleatoriamente. Os significados das

unidades lexicais selecionadas estão submetidos aos temas do discurso que tratam de uma macroestrutura semântica. Assim, como nos explica Fiorin (1988), “golpe” significa, no discurso, uma atribuição do poder por um grupo que subverte os mecanismos constitucionais. Isso já nos dá uma ideia da posição do enunciador em relação ao evento que ocorreu em 1964, pois no dicionário *Novo Dicionário Aurélio* (1986), golpe de estado significa: “ação de uma autoridade que viola as formas constitucionais; conquista do poder político por meios ilegais”. “Revolução” (como já fora denominado o “golpe”), por sua vez, é: “reforma, transformação, mudança completa” e “democracia” (outra alternativa de léxico já utilizado) é definida como “forma de governo na qual o poder emana do povo”.

Por outro lado, na capa da *Veja*, no enunciado “Especial 1964 - 31 de março, o dia que mudou o Brasil”, consideramos como figuras de maior vigor sêmico as seguintes: “1964”, “mudou” e “Brasil”. Tal como expomos na primeira análise, o “1964”, que aparece na capa, é figurativo, uma vez que assume um caráter de metonímia, para o golpe militar que aconteceu naquele ano, ou seja, o emprego de um termo no lugar de outro, havendo entre ambos rigorosa afinidade ou correlação de sentido.

Já a figura “mudar” é o ponto-chave dessa análise semântica. No dicionário *Aurélio* (1986), a palavra “mudar” pode significar: substituir; trocar; dar outra orientação, direção ou sentido; fazer ou sofrer alteração, entre outros. Por que “mudar” é a palavra-chave? Porque o uso dela pode indicar o não uso de outra. Considerando que “há sempre no dizer um não-dizer necessário” e que o “o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva” (ORLANDI, 2013, p.82-83), tratamos aqui do conceito de silenciamento como uma forma de trabalharmos o não dito. A palavra “mudar” pode ser sinônimo da palavra “revolucionar” e, como podemos observar no trabalho de Silva (2012), a revista *Veja* possui um histórico de tratar o início da ditadura militar no Brasil como “revolução” (e não “golpe”). Assim, ao fazer sua escolha pela figura “mudou” no enunciado, a magazine está possivelmente revelando sua posição em relação ao evento que marcou o país em 1964, apresentando-nos, também, o universo ideológico no qual está inserida. O que poderia nos levar a uma contraposição entre revolução vs. retrocesso. Podemos depreender essa posição da revista, que na página 104 da edição em questão, ao tratar sobre eventos como o Golpe de 64, diz: “Em seu clássico *Anatomia das Revoluções*, o historiador Crane Brinton, morto em 1968, mostra que boa parte das revoluções começa na esperança, triunfa sob líderes

moderados e, sob o peso das inevitáveis contradições internas, acaba por se radicalizar e naufraga no autoritarismo”.

Analisando-se a capa da *Época* internamente pelos sinais espalhados pelo texto, julgamos como figuras de maior valor sêmico, na capa, as seguintes: “1964”, (não) “terminou” e “paixões”. Assim, como já mostramos nas capas anteriores, o “1964”, que aparece na capa, é figurativo, uma vez que adota um caráter de metonímia, para o golpe militar que aconteceu naquele ano. A expressão “não terminou”, utilizada no enunciado, nos remete à ideia de tempo presente, pois traz consigo a noção de um ato inacabado, que é contemporâneo, o que justifica as três outras manchetes expostas na capa, que falam sobre: a paixão pelo evento ocorrido em 1964, 50 anos depois; os avanços da democracia desde a execução do golpe; e questões que dividem, até hoje, os historiadores. Isso nos leva a contraposição entre passado vs. presente; ou entre o que já era conhecido (e satisfazia) e talvez tenha se tornado obscuro com o tempo (gerando insatisfação), e o que ainda se esclarecerá, pois como se diz na capa, algumas questões ainda não foram solucionadas e dividem a opinião dos historiadores; ou, ainda, uma contraposição entre o que é acabado e o que é inacabado.

O léxico “paixão”, por sua vez, pode significar várias coisas segundo o dicionário *Aurélio* (1986), entre elas: “grande inclinação ou predileção”; “afeto violento, amor ardente”; “grande desgosto, grande pesar”; e “sentimento, gosto ou amor intensos a ponto de ofuscar a razão”. Assim, entendemos que no enunciado “Por que, 50 anos depois, o golpe militar desperta paixões?”, a expressão “paixões” significa uma forte emoção que pode ser direcionada tanto ao amor como à cólera. Pode-se apontar para um entendimento de que a “paixão” pode ser expressa tanto por amor ou por ódio em relação ao Golpe de 1964.

Já na capa da *Istoé*, além de “Golpe”, julgamos importante destacar “família”. “Família” é uma figura que facilmente mobiliza conteúdos emocionais colocando a subjetividade do enunciatário em evidência. Essa estratégia é utilizada para criar um efeito de proximidade entre enunciatário e enunciatário. Essas figuras recobrem temas como união vs. separação/ruptura (visto que a família e o governo Goulart chegaram ao fim, foram interrompidos).

Ademais, não podemos deixar de analisar a figura principal da capa: a imagem do rosto de Maria Thereza Goulart ainda jovem. A primeira noção que temos ao olhar para a capa da revista é a de um rosto triste e pensativo. Quando aliada ao texto verbal “O golpe de

1964 destruiu minha família”, pode-se perceber uma postura persuasiva do enunciador, para que haja uma maior aproximação entre enunciador e enunciatário e que isso conduza o enunciatário a comprar a revista, pois estaria mobilizando conteúdos emocionais que pudessem levar o enunciatário a se identificar com o que ele vê. A figura da viúva de Goulart revela o estado passional de tristeza.

Na capa, ainda temos a presença de outro texto verbal (não referente ao Golpe), uma chamada para uma pesquisa indicando que o Brasil é um país machista e preconceituoso em alto grau. A escolha pelas expressões “machista” e “preconceituoso” pode também estar ligada à imagem de Maria Thereza, uma vez que notamos, por meio de nossa pesquisa, ser raro (ou não existir) o viés feminino em assuntos relacionados ao Golpe. O que geralmente estampa as capas e notícias sobre o golpe militar de 1964 são reportagens sobre a política, o militarismo ou até a cultura da época.

Após a verificação dos percursos temático-figurativos, que fazem parte do nível discursivo do percurso gerativo do sentido de Greimas, passamos à análise do nível narrativo. Neste patamar, constatamos, assim como Greimas e Courtés (2013), que há uma característica contraditória em toda narrativa, pois uma transformação conjuntiva para um sujeito equiparase com uma transformação disjuntiva para outro e isso dependerá do ponto de vista utilizado.

No caso de *Veja*, por exemplo, se pensarmos pela ótica do presidente deposto João Goulart, teremos um programa narrativo em que o sujeito estava em conjunção com o seu objeto-valor poder, que naquele microuniverso semântico possuía valor eufórico. Porém, depois do fazer transformador do golpe militar, o sujeito passa a um estado de disjunção com seu objeto-valor. Por outro lado, pela ótica do povo brasileiro, tínhamos o sujeito em disjunção com o objeto-valor ordem, pois pensava-se que o governo Goulart estaria compactuando com o comunismo. Assim, depois do fazer transformador da “revolução” de 1964, o sujeito passa à conjunção com seu objeto-valor. Por outro lado, chegamos, também, a uma terceira possibilidade: considerar o Brasil como sujeito de estado que estava, em um primeiro momento, em uma relação de conjunção com seu objeto-valor “democracia” e, depois do fazer transformador do sujeito de fazer “Golpe”, passa a um estado de disjunção em relação o seu objeto-valor. Assumimos aqui que o Golpe “mudou” o Brasil.

Ao chegarmos ao nível fundamental, expomos, em cada capa, quais seriam os termos contrários na categoria semântica de base. Em *CartaCapital*, destacamos os termos Liberdade

e Opressão que formaram o quadrado semiótico; em *Veja*, Identidade e Alteridade; em *Época*, Clareza e Obscuridade; e, em *Istoé*, Continuidade e Descontinuidade.

No plano de expressão, analisamos três categorias: a topológica, referente ao posicionamento e localização; a cromática, referente às cores; e a eidética, referente às formas. Ressaltamos, aqui, o uso da categoria cromática, muito importante em todas as nossas análises. Percebemos o contraste de tons escuros e claros em cada uma das capas e o seu possível significado: em *CartaCapital*, os tons claros referiam-se à Liberdade, enquanto os escuros à Opressão; em *Veja*, os tons claros remetiam à Identidade e os escuros à Alteridade; em *Época*, o branco fazia alusão à Satisfação e o preto à Insatisfação; e em *Istoé*, o branco sinalizava União enquanto o preto, separação. Notamos que o plano da expressão é muito importante para nos mostrar como o texto faz para dizer o que diz. Em nossas análises, a categoria cromática exemplifica isso de forma clara. Há significado na expressão. O significado do plano do conteúdo e o significado do plano da expressão não são separados, pois como aprendemos no estudo de textos sincréticos, as unidades de texto não são apenas somadas, mas agregadas em uma nova linguagem.

Considerações Finais

Nossa pesquisa tinha, como objetivo central, entender como se constrói discursivamente o Golpe de 1964 nas publicações de capa de cada uma das revistas de nosso corpus. Sendo assim, consideramos que o objetivo tenha sido atingido, pois utilizando os pressupostos da Semiótica Discursiva de Greimas como embasamento teórico, conseguimos compreender a forma pela qual cada revista arquiteta o evento ocorrido há mais de 50 anos em suas publicações.

Com relação aos objetivos específicos desta pesquisa, foi elaborada uma revisão bibliográfica do tema, contendo conceitos ligados às formações discursivas e ideológicas, ao dialogismo, ao sincretismo e ao semissimbolismo. Faz-se importante destacar que os objetivos secundários são meios para se conseguir o objetivo central da pesquisa. Sobretudo no capítulo dedicado às análises, procuramos cursar uma trajetória que considerasse todos esses elementos, para, assim, revelar as intencionalidades do enunciador.

Ao final de nossa pesquisa, foi possível observar que a comunicação na vida cotidiana tem um papel muito importante na comunicação ideológica e não pode estar vinculada a uma

esfera ideológica particular. Além disso, percebemos que, pelo fato de a palavra dispor de um papel fabuloso de instrumento de consciência, ela funciona como recurso essencial que segue toda criação ideológica. A palavra pode superar qualquer outro signo ideológico e está inserida em todas as situações de compreensão e em todas as situações de interpretação.

Nas análises, optamos por começar pela verificação dos percursos temático-figurativos das capas que configuram uma formação discursiva e, por conseguinte, uma formação ideológica. A partir deste estudo, descobrimos que posição cada revista assume em relação ao golpe militar de 1964.

A utilização da noção bakhtiniana de que, em diferentes espaços e tempos, a ação entre interlocutores e diferentes grupos sociais tem a palavra ressignificada, levou-nos a considerar o enunciado, o texto, como vozes que as vezes dialogam e estabelecem entre si relações contratuais ou polêmicas, e nos fez examinar o texto de forma como visão de mundo.

Como dissemos, acreditamos que o dialogismo seja o princípio constitutivo e essencial da linguagem. Conforme Bakhtin (2011), o dialogismo é a condição de sentido do discurso. Somente um Adão mítico poderia produzir um discurso inédito, que não fosse perpassado por outros discursos, o que leva os enunciados a ter um caráter responsivo, estabelecendo, dessa forma, uma relação contratual ou polêmica. O sujeito, na teoria bakhtiniana, é sempre atravessado por vozes históricas e ideológicas. Assim, o dialogismo pode ser entendido como a relação de sentido entre diferentes enunciados.

Depreendemos de Barros (2011) que, recentemente, as preocupações da semiótica voltaram-se para os sistemas semissimbólicos, em que as categorias do plano de expressão se relacionam por semelhança com as do plano do conteúdo. Assim, o semissimbolismo leva a homologia entre os dois planos à conformidade. Com a presente pesquisa, também buscamos colaborar para o desenvolvimento dos estudos nessa área. Verificamos, no decorrer do estudo, de que maneira se articulam a linguagem verbal e visual nos textos sincréticos em questão.

Pelo que observamos, a semiótica discursiva ou greimasiana tornou-se um campo vasto e de grande utilidade para todos aqueles que estimam as mais diferentes áreas do saber. Para nós, da Linguística, ela oferece elementos indispensáveis à interpretação de qualquer tipo de texto, e é exatamente para cumprir esse objetivo que mais tem se disseminado no Brasil. A semiótica nos auxilia a observar a construção de significação dos sistemas sgnicos por meio da análise da geração desses sentidos. Assim, a investigação do que é implícito pode ser

presumida com firmeza sem que isso se transfigure num desvio causado pela imaginação do leitor.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 2011.

CARTACAPITAL. São Paulo, ano XX, n. 793, 02 abr. 2014.

CORTINA, Arnaldo; SILVA, Fernando Moreno da (Org.) *Semiótica e comunicação: estudos sobre textos sincréticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ÉPOCA. Rio de Janeiro, n. 826, 31 mar. 2014.

FARENCENA, G. S.; PEREIRA, L. As especificidades do gênero Capa de Revista. *Revista Idéias*, Santa Maria/Campinas, v. 21, p. 68-73, 2005.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e semiótica. *Letras*, Santa Maria, v. 33, p. 69-97, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FLOCH, Jean-Marie. *Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit: pour une sémiotique plastique*. Paris/Amsterdam: Hadés/Benjamins, 1985.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial/FFLCH/USP, 2001.

GOMES, R. S. O sincretismo de linguagens em poesias eletrônicas. In: CORTINA, Arnaldo; SILVA, Fernando Moreno da (Org.). *Semiótica e Comunicação: estudos sobre textos sincréticos*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2013.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

ISTO É. São Paulo, ano 38, n. 234, p. 46-50, 02 abr. 2014.

NOVO Dicionário Aurélio. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Semiótica visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Bruno O. C. Memória do Golpe de 1964: o caso da revista Veja. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 15, Rio de Janeiro, 2012. *Anais...*: Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Por uma semiótica do vivido: entrevista com o sociossemiotista Eric Landowski. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, v.12, n.1, p. 345-361, 2014.

TEIXEIRA, Lucia. Para uma metodologia de análise de textos verbovisuais. In: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. *Linguagens na comunicação: desenvolvimentos da semiótica sincrética*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras. Hist.[online]*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

VEJA. Rio de Janeiro, ano 47, n. 13, ed. 2366, 26 mar. 2014.

Artigo recebido em abril de 2016.
Artigo aceito em maio de 2016.